

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.594 - PR (2018/0219369-3)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR  
**RECORRIDO** : WANDA MARIA MAIA DA ROCHA PARANHOS  
**ADVOGADO** : LUIZ HENRIQUE PREUSS ABDALLA - PR080582

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ UFPR, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. GED. PARIDADE ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS/PENSIONISTAS.

Os inativos e pensionistas fazem jus à percepção de gratificação de desempenho em paridade com os servidores ativos, enquanto não forem regulamentados e processados os resultados das avaliações institucional e individual destes, dado o seu caráter genérico" (fl. 354e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 2º, § 1º, e 5º, § 1º, da Lei 11.087/2005 e 8º, 9º, § 1º, e 10 da Lei 11.344 e à Lei 9.678/98, sustentando o seguinte:

"A parte autora teve reconhecida a equiparação do pagamento da GED entre ativos e inativos, por entender o v. julgado que se trataria de gratificação de natureza genérica, a ser estendida, sem distinção, aos inativos, a partir da MP nº 208/04 (transformada na lei nº 11.087/2005). Todavia, deve ser reformado tal entendimento.

A previsão legal (Lei 11.087/2005) para o estabelecimento dos critérios de aferição da produtividade/desempenho pelo Poder Executivo – durante o interregno que fixa valores específicos até sua edição –, não viola o princípio da isonomia, posto que não acarretou alteração na proporção dos valores recebidos pelos ativos e inativos. E, como visto e decidido pelo E. STJ, pode a lei estabelecer gratificação de desempenho com caráter de pessoalidade à sua percepção, sem a necessidade de correspondência dos valores para os servidores na inatividade.

Para a compreensão da questão em apreço, oportuno verificar-se o

texto originário da Lei nº 9.678/98, que instituiu a Gratificação em comento, bem como das sucessivas Leis de nº 11.087/05 e 11.344/06, as quais em nenhum momento alteraram a natureza da mesma gratificação, vinculada, como dito, à personalidade e à produtividade dos docentes.

A Lei nº 11.087/2005 entrou em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2004, tendo restado convalidados, pois, os efeitos da Medida Provisória 208, de 20 de agosto de 2004, conforme seu art. 5º.

Os respectivos textos legais, como eram e como ficaram após as referidas alterações, são os seguintes, in verbis:

(..)

Assim, depreende-se do texto legal, que por sua natureza, para o cálculo da GED merecida por cada professor faz-se imprescindível a apuração da sua respectiva pontuação, que necessariamente depende da aferição das atividades docente desenvolvidas anualmente. Então, os critérios legalmente estabelecidos impedem que os aposentados sejam beneficiados com a gratificação, nos mesmos moldes dos ativos, vez que é ligada a resultados efetivos e contemporâneos ao seu recebimento. O legislador estabeleceu que aqueles que não pudessem ser avaliados pelo novo sistema, fariam jus à GED na proporção de 60% da maior pontuação possível. Veja-se:

(...)

Na redação da Lei nº 11.087/05 o percentual foi elevado para 91 pontos. Confira-se mais uma vez a nova redação do § 1º do art. 5º:

(...)

Pode-se verificar que o legislador utilizou-se do mesmo critério, tanto na redação anterior como na atual, para os servidores docentes que se encontrarem cedidos. Confira-se:

(...)

Finalmente, a Lei nº 11.344/2006 elevou o percentual atinente aos inativos para 115 (cento e quinze) pontos. Confira-se:

(...)

Ora, seguindo a previsão constitucional, a Lei nº 9678/98 estabeleceu critério razoável de atribuição da GED aos inativos, observou a garantia da paridade de remuneração entre os ativos e inativos, sem se descuidar dos critérios de razoabilidade, que devem nortear sua atividade. Nessa função, definiu-se politicamente a razão de 60% da pontuação máxima (depois 91 pontos e, finalmente, 115 pontos), como também poderia ser fixado um patamar médio em relação aos docentes de cada instituição, ou região, sem que isto implicasse ofensa

à Constituição.

Nem poderia ser diferente. Como poderia atribuir permanentemente a pontuação máxima aos aposentados, e ao mesmo tempo impor aos professores em exercício a pressão das novas metas, somente atribuindo-lhes o percentual máximo em condições máximas? Atribuir-se a pontuação máxima aos aposentados (e eventuais pensões) sem qualquer critério e submeter os ativos à avaliação permanente é que criaria uma discriminação constitucionalmente inadmissível.

Esta matéria, a par de apreciada por este E. STJ, nos termos alhures reproduzidos, também já foi por diversas vezes enfrentada pelo E. STF.

Confira-se, especificamente quanto à Gratificação em questão:

(...)

Fica, então, cabal e definitivamente demonstrado que não houve qualquer afronta a dispositivo legal ou constitucional, por parte das disposições da Lei nº 9.678/98 e suas posteriores alterações. Ao revés, foi o v. acórdão que, ao deferir o pedido da parte autora, violou o ordenamento jurídico.

Finalmente, os argumentos da parte autora também restam totalmente afastados quando se percebe que o legislador estabeleceu que aqueles servidores que não pudessem ser avaliados pelo novo sistema, receberiam a GED no percentual de 60% da pontuação máxima, depois de 91 pontos e, ao fim, 115 pontos.

(...)

O r. acórdão recorrido simplesmente, ao largo da disposição legal contida nos artigos 2º, § 1º do art. 5º da Lei nº 11.087/2005, e § 1º do art. 9º da Lei nº 11.344, concedeu a parte apelante percepção da GED sob idêntico patamar pago aos docentes em atividade. Confira-se:

(...)

A Gratificação de Estímulo à Docência – GED, instituída pela Lei nº 9.678/98, modificada, posteriormente, pela Lei nº 11.087/05, é destinada, em sua essência, aos ocupantes em exercício de cargos efetivos de professor do 3º Grau das Instituições Federais de Ensino Superior. Sobre este prisma, vejamos o que estatuem os arts. 1º e 2º do último diploma mencionado:

(...)

Depreende-se do disposto no citado diploma legal que a Gratificação ali instituída cuida de vantagem funcional, que tem por pressuposto o exercício de atividades do magistério nas instituições federais de ensino superior, fator este ditado pelos imperativos de

aperfeiçoamento e dinamização do serviço público.

De fato, os critérios de remuneração constituem o meio mais efetivo para projetar melhores resultados, em razão da motivação fundamental que decorre sobre o ânimo do quadro de pessoal, daí que dele deve utilizar-se a Administração Pública que pretende adquirir eficiência, esta erigida expressamente como uma de suas diretrizes constitucionais, a partir do advento da EC 19/98.

É assim, aliás, também no sistema de progressão funcional: premia o desempenho, e não estende, a princípio, por razões óbvias, a vantagem a servidores inativos ou a pensionistas. Apenas por liberalidade do legislador pode-se cogitar em tal mister.

Para imprimir maior desenvoltura sobre a atividade de docência – que, como nenhuma outra, reclama incentivos ao desenvolvimento e aprimoramento – a retribuição ora criada constitui inovação, cuja singularidade está em ser viabilizada eminentemente em relação ao serviço ativo, de modo que cada servidor obterá um quantitativo correspondente ao seu fator de produtividade, diferenciado dos demais.

Como a própria denominação indica, a Gratificação de Estímulo à Docência – GED tem por objetivo salvaguardar o melhor desempenho das atividades relacionadas à educação, remunerando de forma razoável os ocupantes dos cargos de Professor de 3º grau com lotação e em exercício nas instituições federais de ensino superior.

Neste quadrante, a decisão fustigada extrapolou a condição do Julgador de legislador negativo e positivou a norma, olvidando-se de que as condições de sala de aula prosseguem penosas aos professores, igualando em sede de gratificação precária e propter laborem (própria do efetivo exercício) os professores ativos e inativos. Ocorre que não foi isto que a Lei nº 11.087/05 estabeleceu. Ela revogou a Lei nº 9678/98 apenas no que toca aos ativos, mantido o patamar limítrofe da GED para os inativos em 91 (noventa e um) pontos – o qual foi posteriormente majorado para 115 (cento e quinze) pontos por mera liberalidade do legislador, ao editar a Lei nº 11.344/06 – justamente porque as diferenças continuam existindo.

A ora recorrida pretende isonomia da GED entre ativos e inativos pelo patamar maior (140 pontos), mas nem todos os docentes percebem a GED pela maior pontuação. De acordo com a Lei nº 9.678/98 (que, no tocante aos inativos, não foi revogada pela Lei nº 11.087/05), a GED depende do trabalho direto em sala de aula, característica que os aposentados perderam ao se afastarem do serviço público.

Com efeito, a GED constitui uma categoria nova de remuneração, que

tem como fato gerador não exclusivamente o fato de a pessoa ser titular do cargo, mas sim o DESEMPENHO específico, individual, em determinado período. De gratificação empresta o nome. Porém, constitui, em essência, um prêmio, a ser recebido se cumpridas as condições estipuladas pelo regulamento.

Portanto, não tendo como fato gerador a mera titularidade do cargo, não se lhe aplica o § 8º do art. 40 da Constituição Federal. Este preceptivo contempla somente os benefícios e vantagens conferidos ao funcionário enquanto tal, e não enquanto autor de um desempenho diferenciado, previsto em lei e a ser definido e dimensionado pela Administração.

Em se tratando de uma categoria singular de remuneração, criada para responder a um desafio na modernização da docência, há de receber o beneplácito do Judiciário. Rompendo com a acomodação decorrente de vencimentos nivelados por cima, assegurou a possibilidade de conquista de parcela substancial através de esforços, adicionais, os quais redundarão em proporcional resultado para o interesse público na atividade mais relevante da Administração, que é a educação.

Isso não é inconstitucional, nem ilegal, ao contrário, corresponde aos imperativos mais relevantes da Carta Magna, que somente podem ser atendidos através de um serviço público modernizado e eficiente. Não se tem, portanto, uma quebra de isonomia, porque, efetivamente, as situações são diferentes. E não se pode tratar igualmente situações desiguais.

Na interpretação da Lei nº 11.087/05, em momento algum se concede a inativos e pensionistas os mesmos direitos. Sim, porque, na verdade, o citado dispositivo determina a forma de cálculo das futuras aposentadorias e pensões, à vista da possibilidade de agregação dessa vantagem aos proventos. Não se refere, obviamente, a servidores já aposentados ou a pensionistas, porquanto a razão de ser da sua instituição é o exercício e o desempenho, conforme estampado no art. 1º (É instituída a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior devida aos ocupantes dos cargos efetivos... - caput; ... a pontuação será atribuída a cada servidor em função da avaliação de suas atividades na docência, na pesquisa e na extensão... - § 2º - redação da Lei nº 9678/98).

**A alegação de que aposentados e pensionistas estariam incluídos no art. 1º da referida Lei é, por certo, improcedente. Nota-se que o legislador trata somente do desempenho do servidor ativo. Sendo a Lei nº 11.087/2005 conversão da MP nº**

**208/2004, não houve alteração da natureza jurídica da GED, como gratificação ‘pro labore faciendo’, mantendo-se a previsão de regras distintas de cálculo para servidores ativos e inativos por inexistirem meios de averiguação do desempenho dos últimos.**

Em suma, havendo sido respeitados plenamente os princípios do direito adquirido, da irredutibilidade de vencimento e da isonomia, não se observa nenhuma ofensa ao direito da autora. A GED, assim, constituiu entidade nova, com regime próprio e inconfundível com as vantagens e benefícios do servidor público, e que se define como inextensível aos proventos de aposentadoria e às pensões já existentes.

Ademais, o fato de a GED haver sido extinta pela Medida Provisória nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.784/2008, com a criação de nova gratificação, a GTMS – Gratificação Temporária para o Magistério Superior, a ser paga aos docentes ativos e inativos, com caráter fixo, não tem o condão de fazer com que se visualize naquela supostos efeitos gerais, como quer a autora. Ora, a GED e GTMS são gratificações distintas, reguladas por diplomas legais diversos, cada um estabelecendo os respectivos requisitos e formas de pagamento. Não há como se aplicar a regulamentação de nova rubrica sobre outra anteriormente paga, sob pena de o Judiciário usurpar a função legislativa.

**Cada vantagem, pois, deve ser vista à luz da legislação que a rege, sendo que, no tocante à GED, mostra-se inequívoco seu caráter ‘pro labore faciendo’, de modo a justificar o pagamento diferenciado em relação a ativos e inativos, sem que, para tanto, exista qualquer violação ao princípio da isonomia, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:**

(...)

Assim, inexistente qualquer mácula no pagamento da GED aos inativos em valores diferenciados em relação ao pessoal da ativa, tendo em vista se tratar de vantagem pecuniária que objetiva o aprimoramento e o aperfeiçoamento do profissional em atividade, nos termos do que dispunham as Leis nº 9.678/98, 11.087/05 e 11.344/06.

Impõe-se, assim, a reforma do v. julgado" (fl. 365/381e).

Por fim, requer "para anular ou reformar o v. julgado para julgar improcedente a ação, revertendo-se a verba honorária" (fl. 381e).

Contrarrazões a fls. 421/432e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 359/381e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando o reconhecimento do "direito da parte Autora à percepção integral da Gratificação de Estímulo à Docência – GED (140 pontos), a partir de maio de 2004 (vigência da MP n.º 208) até fevereiro de 2008, inclusive, seguindo os mesmos critérios estabelecidos aos servidores ativos (fls. 17/18e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a ré, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local, exceto quanto aos consectários da condenação.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

No que interessa, consta-se do acórdão regional, **in verbis**:

"Consta da sentença:

Afastada a prescrição, passo a analisar o mérito da demanda.

Discute-se nos autos o direito da parte autora, na qualidade de servidora pública federal aposentada, vinculada à carreira de magistério superior das IFES, à percepção da GED (gratificação de estímulo à docência) em valor igual ao recebido pelos servidores em atividade.

A GED foi instituída pela Lei nº 9.678/98, sendo também devida aos servidores aposentados nos seguintes termos:

(...)

Entretanto, sua forma de cálculo foi modificada com a Medida Provisória nº 208, de 20 de agosto de 2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.087/2005:

(...)

**Da leitura, fica claro que a GED é gratificação devida em função do desempenho institucional e individual, observada pontuação mínima e máxima, a serem atribuídos de acordo com avaliação de desempenho do servidor e dos resultados institucionais.**

Feita essa observação, é de se reconhecer a procedência do pedido por um dos fundamentos da inicial.

A questão já foi debatida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos REs 476.279, 476.390 e 597.154 que deram origem à Súmula Vinculante nº 20, na qual se analisou outra gratificação de desempenho (GDATA) instituída com o mesmo propósito da GED. Do voto proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence, relator do primeiro recurso, extrai-se o seguinte excerto:

No entanto, sendo a gratificação, como é, de natureza *pro labore faciendo*, é óbvio que aos inativos somente será devida parcela fixa garantida a todos, porquanto o demais depende de avaliação dos servidores em atividade, que, além disso, não têm garantias do quantum lhes será permitido levar para a inatividade.

**Do texto, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal não reconheceu o direito dos servidores inativos a perceberem o máximo de pontos recebidos pelos servidores da ativa, conforme pretendido naquela ação. Ao contrário, foi taxativo em afirmar que em se tratando de verba decorrente de avaliação de desempenho, não poderiam ser estendidas aos inativos e pensionistas.**

No entanto, naqueles autos em que se analisou a GDATA, havia uma situação peculiar que excluía temporariamente o entendimento de que a referida verba é gratificação *pro labore faciendo*, ou seja, decorrente de premiação conferida mediante avaliações periódicas: a ausência de regulamento sobre as avaliações.

Nesse caso, o STF ressaltou que enquanto não sobreviessem as avaliações de desempenho, a gratificação tem natureza geral e, por isso, deveria ser paga a todos os servidores, ativos e inativos, no mesmo patamar.

Esse entendimento aplica-se integralmente à hipótese dos autos. Eis os termos do art. 2º da MP 208/2004:

(...)

Ou seja, enquanto não implementadas as avaliações, a gratificação foi paga a título geral, e independentemente de mérito dos servidores da ativa, vantagem, portanto, que estaria sendo subtraída dos inativos, ante a regra do § 1º do artigo 5º.

Pois bem, enquanto perdurou a vigência da MP nº 208/2004 e da lei a que foi convertida (11.087/2005) - em fevereiro de 2008, data dos efeitos financeiros da MP nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.748/2008 que a extinguiu, não restou cumprida a exigência estabelecida em seu artigo 2º, qual seja a instituição de novas formas e fatores de avaliação qualitativa do desempenho docente, bem como critérios de atribuição de pontuação por natureza das atividades.

Embora a ré alegue em sua contestação que isso tenha



ocorrido, com o advento da MP nº 431/2004 os professores da ativa passaram a receber indistintamente o percentual de 140 pontos integrais, haja vista ausência de edição de novo regulamento, que sucedesse a Resolução nº 65, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 11 de agosto de 2000.

**Desse modo, a pretensão da parte autora merece juízo de procedência, pois a gratificação foi paga de forma indiscriminada e geral aos servidores ativos, com o que tem ela direito ao seu recebimento nos mesmos patamares, ou seja, no valor correspondente a 140 (cento e quarenta).**

(...)

A sentença deve ser mantida, uma vez que está de acordo com os precedentes dessa Corte:(...)" (fls. 347/350e).

Nesse contexto, quanto à questão central, qual seja, a possibilidade de extensão de Gratificações de Desempenho aos inativos, verifica-se que a controvérsia foi dirimida, pelo Tribunal de origem, sob enfoque eminentemente constitucional, com base na paridade remuneratória então estabelecida pelo art. 40, § 8º, da Carta Magna, em sua redação original, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Dessa forma, é inviável o exame da insurgência, tal como posta, em sede de Recurso Especial, que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional. Ilustrativamente:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. GED. APOSENTADORIA PROPORCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VALOR INTEGRAL DA GRATIFICAÇÃO. VINCULAÇÃO AOS PROVENTOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

I - A questão central do presente recurso especial diz respeito ao pleito de pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED, em sua integralidade, a professores aposentados com proventos proporcionais.

II - A Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior - GED foi instituída pela Lei 9.678/98 visando a recompensar os professores do 3º Grau por seu aperfeiçoamento e produção no

exercício das atividades de docência, pesquisa e extensão.

III - A Lei 9.678/98 não estabeleceu diferenciação entre o valor da gratificação a ser percebida pelos servidores aposentados com proventos integrais dos que percebem proporcionais, determinando para os servidores inativos e beneficiários de pensão um valor fixo, correspondendo, atualmente, a 115 pontos.

IV - Como princípio de hermenêutica, não compete ao intérprete distinguir onde o legislador, podendo, não o fez, sob pena de violação do postulado da separação dos poderes.

V - Por outro lado, **o argumento da Fundação Universidade Federal do Rio Grande de que a Lei 9.678/98 gera tratamento anti-isonômico entre os professores, ao tratar os desiguais de modo igual, forçoso reconhecer que essa questão não pode ser analisada perante o STJ, por tratar-se de matéria constitucional reservada ao Pretório Excelso em sede de controle de constitucionalidade.**

VI - **A análise de matéria eminentemente constitucional não compete ao STJ, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.**

VII - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.609.787/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/11/2017).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA. COMPETÊNCIA DO STF.

**1. Hipótese em que o Tribunal Regional apreciou a questão - possibilidade de extensão da Gratificação de Estímulo à Docência a servidores inativos e pensionistas - com fundamento de natureza eminentemente constitucional. Assim, não cabe ao STJ examinar a questão, sob pena de usurpação de competência do STF.**

2. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.263.963/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2012).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. **PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. GACEN. ACÓRDÃO**

**BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF.**

1. Cinge-se a controvérsia à paridade de servidores ativos com inativos em relação ao pagamento da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.
2. A simples leitura da ementa do acórdão recorrido permite verificar que o Tribunal regional analisou a matéria em conformidade com a jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal, à luz da isonomia entre servidores ativos e inativos e da regra de transição prevista na EC 41/2003.
3. **Constata-se que o Tribunal de origem reconheceu o direito à extensão das vantagens em tela aos inativos e pensionistas com base em interpretação dada ao tema pelo Supremo Tribunal Federal, notadamente na edição da Súmula Vinculante 20, DJe 10/11/2009. Desse modo, refoge da competência do STJ a apreciação de questão de cunho eminentemente constitucional, por meio de Recurso Especial, cabendo tão somente ao STF o exame de eventual ofensa.**
4. **Dessa forma, inviável a análise desse acórdão na via recursal eleita. Isso porque, nos termos do art. 105, III, da CF/1988, o Recurso Especial destina-se à uniformização do direito federal infraconstitucional. Não se presta, portanto, à análise de possível violação de matéria constitucional, cuja competência está reservada ao Supremo Tribunal Federal, conforme disposto no art. 102 da CF/1988.**
5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.662.384/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - GDACT. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. Na leitura do acórdão recorrido depreende-se que o Tribunal *a quo* analisou a controvérsia em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, à luz da isonomia entre servidores ativos e inativos e da regra prevista no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988, na sua redação original conferida pela EC 20/1998, atualmente insculpida no § 4º do referido dispositivo constitucional, com a redação dada pela EC 47/2005.

3. Vê-se, assim, que a análise de questão cujo deslinde reclama a apreciação de matéria de natureza exclusivamente constitucional é inviável no âmbito de cabimento do Recurso Especial, sendo a sua apreciação de competência do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

4. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.763.003/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/11/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO DO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DO SEGU RO SOCIAL. GDASS. EXTENSÃO PARITÁRIA A INATIVOS E PENSIONISTAS. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. DECISÃO FUNDAMENTADA EM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Caso em que a recorrente argumenta que, não obstante a implementação das avaliações para a efetiva aferição de desempenho individual dos servidores ativo, não é possível 'a redução da parcela da gratificação, sob pena de ofensa direta ao princípio da irredutibilidade do valor nominal dos proventos, preconizado pelo art. 40, §3º, da Lei n. 8.112/1990'.

2. O acórdão, embora tenha mencionado legislação infraconstitucional, decidiu a controvérsia com fundamento eminentemente constitucional, concluindo que não houve 'ferimento ao princípio constitucional da isonomia, contido no artigo 5º, *caput*, bem assim ao primado que garante a isonomia entre servidores ativos, inativos e pensionistas (artigo 40, § 8º, ambos da CF/88)'. Dessa forma, cabe tão somente ao STF o reexame da matéria.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.447.193/RS,

Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/06/2018).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GDAT. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE. SOB PENA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.032 DO CPC/2015. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO.

**I - Verifica-se que o julgado recorrido reconheceu o direito do autor baseado na necessidade de tratamento isonômico, garantido pela Constituição Federal, matéria insuscetível de ser examinada em recurso especial.**

**II - Assim, concluindo-se que o acórdão recorrido, ao dispor sobre a matéria, cingiu-se à interpretação de regramentos e princípios constitucionais, afasta-se, *ipso facto*, a apreciação da questão por este Tribunal, cuja competência está jungida à Excelsa Corte, *ex vi* do disposto no artigo 102 da Constituição Federal, sob pena de usurpação da sua competência.**

III - Quanto ao recurso do Sindicato, no que diz respeito à violação do art. 535 do CPC/73, não há que se falar em contradição ao mérito da questão pois trata-se de fundamentação constitucional sob o princípio da isonomia, o que não pode ser alegado na estreita via do recurso especial.

IV - No tocante à parcela recursal referente ao art. 105, III, c, da Constituição Federal, verifica-se que o recorrente não efetivou o necessário cotejo analítico da divergência entre os acórdãos em confronto, o que impede o conhecimento do recurso com base nessa alínea do permissivo constitucional.

V - Conforme a previsão do art. 255 do RI/STJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

VI - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.003.627/DF,

Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/05/2018).

Por fim, ressalte-se que, "nos termos da jurisprudência desta Corte, 'o art. 1.032 do Código de Processo Civil de 2015 prevê a aplicação do princípio da fungibilidade ao recurso especial que versar questão constitucional, hipótese em que há um equívoco quanto à escolha do recurso cabível' (STJ, AgRg no REsp 1.665.154/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 30/08/2017). No mesmo sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.008.763/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017. Inocorrência, no caso - no qual o acórdão recorrido tem fundamento constitucional e o Recurso Especial versa sobre matéria infraconstitucional -, da hipótese prevista no art. 1.032 do CPC/2015 (STJ, AgInt no AREsp 1.432.966/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de outubro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora